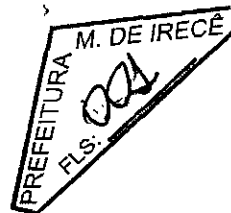




Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PA090108/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031206/2019 - ALTERAÇÃO QUALITATIVA -

OBJETO: O presente termo aditivo tem como objeto a ALTERAÇÃO QUALITATIVA da ata contrato nº. 031206/2019, -referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA.

CONTRATADA: RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY.

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019 - ATA CONTRATO Nº 031206/2019.

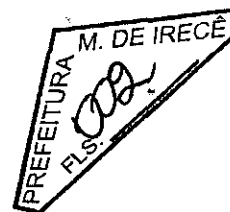


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº **PA090108/2019**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO **CONTRATO Nº 031206/2019.**

- ALTERAÇÃO QUALITATIVA -

Origem: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº023/2019.

Objeto: O presente termo aditivo tem como objeto a ALTERAÇÃO QUALITATIVA do contrato nº. 031206/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA.

Contratado: RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY.

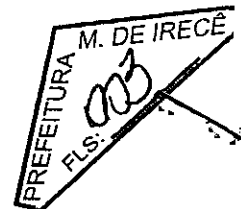


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



Irecê/BA, 01 de Agosto de 2019.

Senhor Prefeito,

Considerando que fora firmado contrato entre o Município de Irecê/Ba e a empresa RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY, por ocasião do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº023/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA.

Considerando a indisponibilidade de mão de obra qualificada para o assentamento de pisos intertravados e meio fio.

Considerando que no momento da execução do contrato percebeu-se a necessidade das alterações nos itens do objeto em questão.

Considerando que foi realizada pesquisa de preço de mercado em diversas empresas e/ou profissionais autônomos que atuam no segmento.

Considerando ainda que às modificações supracitadas não irão modificar o valor inicial do instrumento contratual firmado.

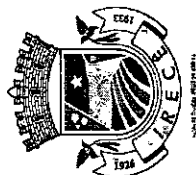
Face ao exposto, solicitamos que seja promovida a ALTERAÇÃO QUALITATIVA do contrato nº. 031206/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA, para que seja acrescentado no contrato o item de fornecimento e assentamento de pisos intertravados e meio fio, tendo adotamos para tal a cotação de menor valor.

Na certeza de que V. Exa. adotará as providências necessárias, renovamos votos de estima e consideração.

Ateñosamente,

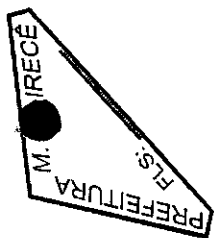
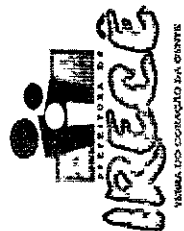
Rogerio Santos Amorim
Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos

Exmo. Sr.
Elmo Vaz Bastos de Matos
NESTA



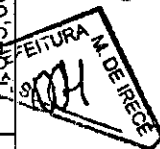
Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



PLANILHA DE DETALHAMENTO DE QUANTITATIVOS E VALORES

Item	Descrição detalhada	Planilha Contrato			Planilha Suprimida			Planilha Agregada			Planilha Consolidada		
		Unid.	Qtde.	V. Unit.	Valor Total	Qtde.	V. Unit.	Valor Total	Qtde.	V. Unit.	Valor Total	Qtde.	V. Unit.
1	BLOCO DE VEDAÇÃO 9X19X39	UND	100.000	1,35	135.000,00	20.000	1,35	27.000,00		1,35	0,00	80.000	1,35
2	BLOCO DE VEDAÇÃO 14X19X39	UND	4.000	1,89	7.560,00		1,89	0,00		1,89	0,00	4.000	1,89
3	BLOCO 19X19X39	UND	25.000	2,80	70.000,00		2,80	0,00		2,80	0,00	25.000	2,80
4	CALHA 9X19X39	UND	10.000	1,90	19.000,00		1,90	0,00		1,90	0,00	10.000	1,90
5	CALHA 14X19X39	UND	1.000	2,60	2.600,00		2,60	0,00		2,60	0,00	1.000	2,60
6	CALHA 19X19X39	UND	5.000	2,79	13.950,00		2,79	0,00		2,79	0,00	5.000	2,79
7	PILAR PARA FERRO	UND	10.000	4,70	47.000,00	3.000	4,70	14.100,00		4,70	0,00	7.000	4,70
8	PILAR SEM TRAVA	UND	2.000	2,00	4.000,00		2,00	0,00	677	2,00	1.354,00	2.677	2,00
9	PILAR PARA TRELIÇA	UND	1.000	4,00	4.000,00		4,00	0,00		4,00	0,00	1.000	4,00
10	COBOGÓ 14	UND	200	2,70	540,00	180	2,70	486,00		2,70	0,00	20	2,70
11	COBOGÓ 12	UND	200	2,70	540,00	180	2,70	486,00		2,70	0,00	20	2,70
12	COBOGÓ 30X30	UND	200	5,00	1.000,00	180	5,00	900,00		5,00	0,00	20	5,00
13	PISO INTERTRAVADO 6	M²	4.000	45,34	181.360,00	4.000	45,34	181.360,00		45,34	0,00	0	45,34
14	PISO INTERTRAVADO 8	M²	10.000	50,00	500.000,00	10.000	50,00	500.000,00		50,00	0,00	0	50,00
15	PISO INTERTRAVADO 10	M²	6.000	57,00	342.000,00	6.000	57,00	342.000,00		57,00	0,00	0	57,00
16	MINE GUIA	UND	10.000	10,00	100.000,00	5.001	10,00	50.010,00		10,00	0,00	4.999	10,00
17	MEIO FIO ECONÔMICO	UND	15.000	17,00	255.000,00	14.001	17,00	238.017,00		17,00	0,00	999	17,00
18	MEIO FIO CAIXA	UND	5.000	23,29	116.450,00	4.500	23,29	104.805,00		23,29	0,00	500	23,29



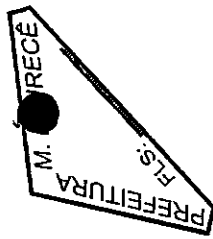
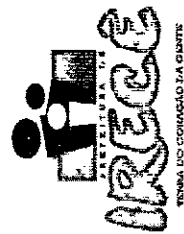


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



19	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 6	M²	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000	63,34	253.360,00	4.000	63,34	253.360,00
20	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 8	M²	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000	68,00	680.000,00	10.000	68,00	680.000,00
21	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 10	M²	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000	75,00	75.000,00	1.000	75,00	75.000,00
22	MEIO FIO ECONÔMICO	UND	0,00	0,00	0,00	0,00	14.000	22,00	308.000,00	14.000	22,00	308.000,00
23	MEIO FIO CAIXA	UND	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000	28,29	141.450,00	5.000	28,29	141.450,00
V. Total:			1.800.000,00	V. Total:	1.459.164,00	V. Total:	14.000	V. Total:	1.459.164,00	V. Total:	28,29	1.800.000,00

Rogério Santos Amorim
Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos





Rua das Violetas, 279, lot Félix

Irecê-BA CEP.: 44900-000

CNPJ. 22.656.440/0001-34

Fel.: (74) 9 9103-1876

ORÇAMENTO

Cliente:

MUNICIPIO DE IRECE

**FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO
DE PISO INTERTRAVADO DE 6/8 E
10**

Item

quant.

Preço unit

Preço Total

MÃO DE OBRA PISO

1

R\$ 18,00

R\$ 18,00

MÃO DE OBRA MEIO FIO

1

R\$ 5,00

R\$ 5,00

R\$ 23,00

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A combinar

ENTREGA:

A COMBINAR

Irecê,

02 DE AGOSTO DE 2019

Atenciosamente,

** Ricardo Bonfim Nascimento*

22.656.440/0001-34

RICARDO BONFIM NASCIMENTO-ME

FAPEsy

RUA DAS VIOLETAS, 280 - FÉLIX

CEP: 44.900-000 - IRECÊ - BA

ADONIAS RAMOS PEREIRA FILHO 010.781.085-95



CLIENTE MUNICIPIO DE IRECE

FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO DE 6/8 E 10

MÃO DE OBRA PISO R\$28,00

MÃO DE OBRA MEIO FIO R\$8,00

IRECE, 02 DE agosto de 19

CICERO GRIGORIO DA SILVA

RG 3015127



FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO DE 6/8 E 10

CLIENTE MUNICIPIO DE IRECE

MÃO DE OBRA PISO R\$29,00

MÃO DE OBRA MEIO FIO R\$9,00

Cicero Grigorio da Silva
IRECE, 02 DE agosto de 19

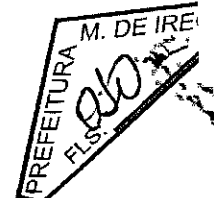


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



DESPACHO

Tendo em vista a solicitação firmada pelo Sr. Secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, determino o encaminhamento à Procuradoria Jurídica do Município para deliberar acerca da viabilidade do processo.

Irecê/BA, 02 de Agosto de 2019.


ELMO VAZ BASTOS DE MATOS
PREFEITO MUNICIPAL

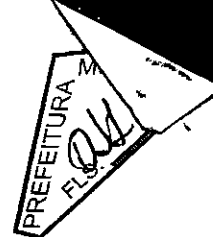


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



MATÉRIA: Aditamento Contratual referente ALTERAÇÃO QUALITATIVA.

RELATÓRIO:

Versa o presente parecer sobre solicitação do Sr. Secretário acerca da **ALTERAÇÃO QUALITATIVA** do contrato nº. 031206/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do Edital da licitação que o precedeu, considerando que no momento da execução do contrato percebeu-se a necessidade das alterações do objeto em questão.

Por fim, informa que às modificações supracitadas não irão modificar o valor inicial do instrumento contratual firmado com a referida empresa.

É O RELATÓRIO.

No pertinente ao presente requerimento, a Procuradoria Jurídica, cumprindo as atribuições que lhe são próprias, vem, emitir o pronunciamento seguinte:

DAS RAZÕES DO PARECER

Dispõe o art. 65, I, a, da Lei n.º 8.666/93, a qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, que:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

Outrossim, dispõe o §1.º do mesmo dispositivo que:

§ 1.º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

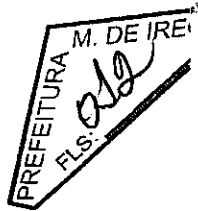
Em que pese haver discussões acerca da possibilidade de os limites de alterações fixados pelo § 1.º do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 serem aplicados aos casos de alterações qualitativas dos contratos (art. 65, I, a, da Lei n.º 8.666/93), significante parte da doutrina considera que tais limitações são incompatíveis com a própria natureza dessas modificações.

No dizer de Celso Antônio Bandeira de Mello (In Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Editora Malheiros, 2007, 22 ed., p. 605):



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



Note-se que a vedação contida no §2.º do art. 65 da Lei n.º 8.666 – a de exceder os 25 ou 50% – está reportada tão somente à alteração unilateral a que se remete a letra “b” do inciso I (“quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição qualitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei”, os quais estão fixados no §1.º). Não diz respeito, pois, ao que está mencionado na letra “a” (“modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos”).

(...) Demais disto, também nesta letra “b” – e unicamente nela – que se faz referência a “nos limites permitidos por esta lei” – expressão que inexiste na letra “a”(…)

Leon Frejda Szklarowsky, citado por Toshio Mukai (In Licitações e contratos público. São Paulo: Editora Saraiva, 2008, 8 ed, p. 180), também leciona que:

Essa modificação qualitativa, que difere da alteração quantitativa (alínea b do inciso I), não tem limite prefixado e pode calçar-se em fatos imprevistos ou inevitáveis, como novidades tecnológicas ou imposições do Estado (fato do príncipe).

Ainda, corroboram tal entendimento Marçal Justen Filho (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativo. São Paulo: Dialética, 2002, 9 ed, p. 506), Antônio Marcello da Silva (In Variação de quantidade e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, RDA, 198/61) e Caio Tácito (In Contrato Administrativo – Alteração quantitativa e qualitativa – Limites de valor, RDA, 198/363).

Atente-se, porém, que:

(...) sem embargo de a lei não fixar uma limitação incisiva, como fez, na alínea b (inciso I do art. 65), o contratante deverá balizar essa alteração dentro dos limites razoáveis e imprescindíveis, de modo a atender o interesse público. Deve haver demonstração cabal de que a modificação é necessária. A motivação é essencial.

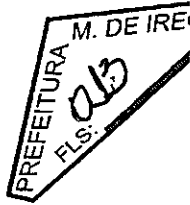
Celso Antônio Bandeira de Mello (In Curso de Direito Administrativo. São Paulo:

Editora Malheiros, 2007, 22 ed., p. 605), outrossim, afirma que: Isso não significa, entretanto, total e ilimitada liberdade para a Administração modificar o projeto ou suas especificações, pena de burla ao instituto da licitação. Estas modificações só se justificam perante circunstâncias específicas verificáveis em casos concretos, quando eventos supervenientes, fatores invulgares, anômalos, desconcertantes de sua previsão inicial, vêm a tornar inalcançável o bom cumprimento do escopo que o



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



animara, sua razão de ser, seu “sentido”, a menos que, para satisfatório atendimento do interesse público, se lhe promovam alterações.

Ainda, Antônio Marcelo da Silva (In Variação de quantidade e direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, RDA, 198/61) lecionada que, apesar de as modificações de projetos ou especificações não se sujeitarem a quaisquer limites qualitativos ou quantitativos, não podem afetar o objeto do contrato na sua essência.

É cediço, pois, que eventuais modificações de projetos ou especificações não podem ser de tal monta que alterem o objeto originalmente licitado a ponto de tornar-se completamente distinto.

Conforme o entendimento do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2464/2008 - Plenário), alterações contratuais que modificam o objeto o licitado em sua essência e destoam da razoabilidade são incompatíveis com o consignado no art. 65, I, a, da Lei n.º 8.666/93, maculam o princípio constitucional da igualdade – vez que impede outros competidores de habilitarem-se para executar a obra – e o princípio da economicidade – pois nem sempre a continuidade do contrato é vantajosa para a Administração Pública. Em casos tais, deve ser realizado um novo processo licitatório para a execução do novo objeto.

Jorge Ulisses Jacoby (In Vade-Mécum de Licitações e Contratos. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008, 3 ed, p. 874 e 876) colaciona outras decisões do Tribunal de Contas da União no mesmo sentido: Contrato – alteração – do objeto – ilegalidade Nota: o TCU considerou irregular a assinatura de Termo Aditivo cujo objeto, pelas suas características não guarda semelhança com o do contrato original, reclamando, na realidade nova licitação. Fonte: TCU. Processo n.º 014.681/95-1. Decisão n.º 063/1997 – Plenário.

Contrato – projeto executivo – alteração – nova licitação TCU orientou: “...Atentar para que toda alteração de projeto executivo de obra seja devidamente justificada, com todos os elementos técnicos necessários, detalhados suficientemente para avaliação e aprovação pela autoridade competente, da mesma forma em que são analisados os elementos do projeto básico, previstos no art. 6, inciso IX da Lei 8.666/93;

Atentar para que eventuais alterações de projeto executivo de obra observem as condições especiais previstas no art. 65, da Lei 8.666/93, e para que, havendo alterações de projeto que impliquem em modificação na natureza ou dimensão do objeto contratado, elas devem ensejar a realização de novo procedimento licitatório...”Fonte: TCU. Processo n.º TC-015.875/2003-6. Acórdão 219/2004 – Plenário.

Ainda, ressalte-se que o Tribunal de Contas da União considera que a alteração contratual qualitativa deve ser “um fato rigorosamente excepcional e de alcance apenas residual” (Decisão Plenária 702/2008).

É o que se infere, também, do voto revisor do Ministro Adylson Motta, extraído de debate provocado por consulta feita ao Tribunal de Contas da União por um ex-Ministro de Estado, cujas conclusões do debate geraram a Decisão nº 215 - Plenário, de 12/05/1999:



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



As modificações qualitativas devem ser decorrentes de fatos supervenientes que impliquem em “dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião do pacto inicial”, devendo corresponder ainda a uma alteração de circunstâncias fáticas levadas em consideração por ocasião da avença. A Administração há que também evidenciar que “a solução localizada na fase da licitação não se revelou, posteriormente, como a mais adequada”. No entanto, a modificação decorrente não pode ser de vulto tal que venha a transfigurar o objeto original em outro, frustrando os princípios da obrigatoriedade de licitação e da isonomia.

Depreende-se, então, que, se a alteração pretendida no caso - denominada qualitativa - for de tal vulto que modifique o objeto da licitação, não se enquadra nas situações em que se permitem a extrapolação dos limites previstos no art. 65, §1.º, da Lei n.º 8.666/93.

Na Decisão Plenária n. 215/99, o Tribunal de Contas da União entendeu ser facultado à Administração ultrapassar aqueles limites, desde que, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratado, sejam satisfeitos, cumulativamente, alguns pressupostos. In verbis:

8. Decisão: O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, decide: 8.1. com fundamento no art. 1º, inciso XVII, § 2º da Lei nº 8.443/92, e no art. 216, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, responder à Consulta formulada (...) nos seguintes termos:

a) tanto as alterações contratuais quantitativas - que modificam a dimensão do objeto - quanto as unilaterais qualitativas - que mantêm intangível o objeto, em natureza e em dimensão, estão sujeitas aos limites preestabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, em face do respeito aos direitos do contratado, prescrito no art. 58, I, da mesma Lei, do princípio da proporcionalidade e da necessidade de esses limites serem obrigatoriamente fixados em lei;

b) nas hipóteses de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionabilíssimas de contratos de obras e serviços, é facultado à Administração ultrapassar os limites aludidos no item anterior, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos:

I - não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório;

II - não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado;

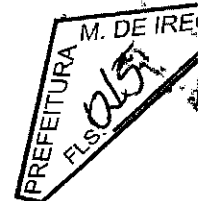


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



III - decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial;

IV - não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos;

V - ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

VI - demonstrar-se - não, motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados, na alínea "a", supra - que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação) importam sacrifício insuportável ao interesse público primários (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço, ou seja, gravíssimo a esse interesse; inclusive quanto à sua urgência e emergência.

Assim, no caso em riste, deve o setor técnico do Município responsável pela gestão do contrato avaliar se todos os serviços execução das obras pactuadas necessitam das adequações que pretender ser realizadas com as ruas em torno do projeto original, preenchem os requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas da União, arrolados na supratranscrita Decisão nº 215/99.

Caso positivo, poderá haver a "modificação do projeto ou das especificações" do contrato, "para melhor adequação técnica aos seus objetivos" (art. 65, I, a, da Lei n.º 8.666/93) e consequente observância do interesse público.

Ademais, no caso de a situação em tela não estar em conformidade com todos os requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas da União, na Decisão nº 215/99, deve ser realizado um novo processo licitatório para que se viabilize a execução dos serviços necessários.

Ante todo o exposto, opino no sentido de que, constatado os requisitos exigidos pelo Tribunal de Contas da União, na Decisão nº 215/99, estão presentes nas alterações a serem realizadas no contrato em apreço, pode haver a "modificação do projeto ou das especificações" do mencionado contrato, "para melhor adequação técnica aos seus objetivos" (art. 65, I, a, da Lei n.º 8.666/93). A contrario sensu, aquelas que assim não se caracterizem, devem submeter-se a um novo processo de licitação.

É o parecer, s.m.j

Irecê, Bahia 02 de Agosto de 2019.

Daiane de Miranda Feitosa

Procuradora Jurídica

OAB/BA nº 45.681

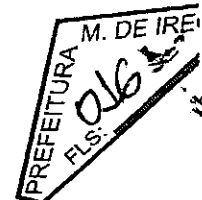


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



Encaminhe-se ao Sr. Controlador Interno, para competente análise, e, posteriormente, ao Sr. Prefeito a Minuta do Termo de Aditamento e o Parecer em 02 (duas) laudas para ulteriores deliberações.

Irecê, 02 de Agosto de 2019.

Daiane de Miranda Feitosa

Procuradora Jurídica

OAB/BA nº 45.681

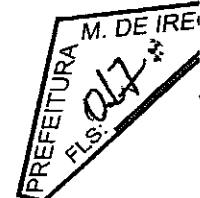


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



MINUTA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº**/20**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº
xxxx/20xxx, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO
DE xxxxxx E A EMPRESA xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

O MUNICÍPIO DE xxxxxx, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo Sr. xxxxxxxxxxxxxx, brasileiro, maior, portador do CPF/MF nº xxxxxxxxxxxxxx, Prefeito Municipal, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr(a). xxxxxxxxxxxxxx, portador da carteira de identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF sob o nº xxxxxxxxxxxxxx, a seguir denominada de **CONTRATADA**, em face do que consta no contrato original, resolvem celebrar **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº xxxx20xxx**, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto deste Termo Aditivo a **ALTERAÇÃO QUALITATIVA** do instrumento contratual nº xxxxx/20xxx, referente à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nos termos da planilha em anexo, permanecendo inalterado o valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93 e na Clausula xxxxxxxxx do Contrato nº xxxx/20xxx.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



E, por assim se encontrarem justos e contratados, celebram o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual conteúdo e forma, na presença de duas testemunhas, para que projeto seus legais efeitos.

xxxxxxxxxxxxx/BA, xxxx de xxxxxxxxxx de 20xxx.

Contratante

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

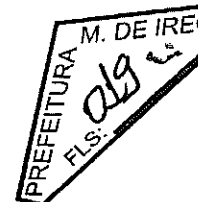


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



Irecê/BA, 02 de Agosto de 2019.

Senhor Prefeito,

Estamos encaminhando a Vossa Excelência para que seja ratificado/homologado, se assim entender, o Processo relativo ao Termo Aditivo que versa sobre a **ALTERAÇÃO QUALITATIVA** do contrato nº. 031206/2019, referente à aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA firmado com a empresa **RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY**, por ocasião do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº023/2019, a fim de que seja ratificado/homologado.

Sobreleva destacar que o referido processo já fora analisado e aprovado pelo procurador jurídico do Município, como consta nos autos, estando apto, portanto, para a ratificação/homologado.

Sem mais para o momento, apresentamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



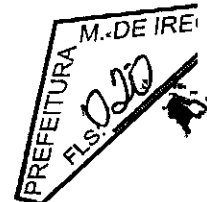
Edivanilson Alecrim Machado
Controlador Interno

Exmo. Sr.
Elmo Vaz Bastos de Matos
NESTA



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



TERMO DE RATIFICAÇÃO / HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº. PA090108/2019

Ata contrato nº 031206/2019

Destarte, pelas razões emanadas da Procuradoria Jurídica, as quais concluem pela plena viabilidade da modificação contratual, delibero pelo deferimento do termo de aditamento firmado com a empresa **RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY**, nos termos sugeridos pela Procuradoria.

Irecê (BA), 02 de Agosto de 2019.


ELMO VAZ BASTOS DE MATOS
Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que a
RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
acima foi afixada no quadro de
avisos desta Prefeitura Municipal
para conhecimento geral.

Em, 02 de Agosto de 2019.


Leandro Vieira Magalhães

Secretário de Planejamento e Administração



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031206/2019.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 031206/2019, QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE IRECÊ/BA E A EMPRESA
RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY.**

O **Município de Irecê**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.715.891/0001-04, com sede à Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **ELMO VAZ BASTOS DE MATOS**, portador da carteira de identidade RG nº 203593146 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 404.658.965-53, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Paraná, 173, Fórum, Irecê, Ba, e a empresa **RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY**, estabelecida na R das Violetas, nº 280, Felix, Irecê, Ba, CNPJ nº 22.656.440/0001-34, neste ato representada pelo Sr(a). Ricardo Bonfim Nascimento, portador da carteira de identidade RG nº 20.545.517-40 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 863.336.165-59, a seguir denominada de **CONTRATADA**, em face do que consta no contrato original, resolvem celebrar **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 031206/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto deste Termo Aditivo a **ALTERAÇÃO QUALITATIVA** do instrumento contratual nº 031206/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA, nos termos da planilha em anexo, permanecendo inalterado o valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93 e na Clausula Décima Quarta da ata contrato nº 031206/2019.

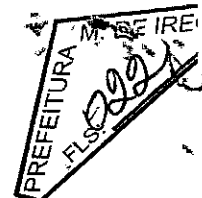


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim se encontrarem justos e contratados, celebram o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual conteúdo e forma, na presença de duas testemunhas, para que projeto seus legais efeitos.

Irecê/BA, 02 de Agosto de 2019.

2

MUNICÍPIO DE IRECÊ

Elmo Vaz Bastos de Matos
CONTRATANTE

**Ricardo Bonfim Nascimento*

RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY

Rep. Ricardo Bonfim Nascimento
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1.

2.

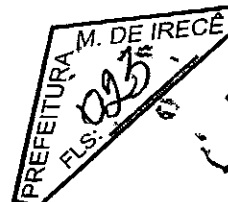


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



PLANILHA DE DETALHAMENTO DE QUANTITATIVOS E VALORES

Item	Descrição detalhada	Unid.	Planilha Consolidada		
			Qtde.	V. Unit.	Valor Total
1	BLOCO DE VEDAÇÃO 9X19X39	UND	80.000	1,35	108.000,00
2	BLOCO DE VEDAÇÃO 14X19X39	UND	4.000	1,89	7.560,00
3	BLOCO 19X19X39	UND	25.000	2,80	70.000,00
4	CALHA 9X19X39	UND	10.000	1,90	19.000,00
5	CALHA 14X19X39	UND	1.000	2,60	2.600,00
6	CALHA 19X19X39	UND	5.000	2,79	13.950,00
7	PILAR PARA FERRO	UND	7.000	4,70	32.900,00
8	PILAR SEM TRAVA	UND	2.677	2,00	5.354,00
9	PILAR PARA TRELIÇA	UND	1.000	4,00	4.000,00
10	COBOGÓ 14	UND	20	2,70	54,00
11	COBOGÓ 12	UND	20	2,70	54,00
12	COBOGÓ 30X30	UND	20	5,00	100,00
16	MINE GUIA	UND	4.999	10,00	49.990,00
17	MEIO FIO ECONÔMICO	UND	999	17,00	16.983,00
18	MEIO FIO CAIXA	UND	500	23,29	11.645,00
19	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 6	M²	4.000	63,34	253.360,00
20	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 8	M²	10.000	68,00	680.000,00
21	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 10	M²	1.000	75,00	75.000,00
22	MEIO FIO ECONÔMICO	UND	14.000	22,00	308.000,00
23	MEIO FIO CAIXA	UND	5.000	28,29	141.450,00
V. Total:					1.800.000,00

MUNICÍPIO DE IRECÊ
Elmó Vaz Bastos de Matos
CONTRATANTE

Ricardo Bonfim Nascimento

RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY

Rep. Ricardo Bonfim Nascimento
CONTRATADA

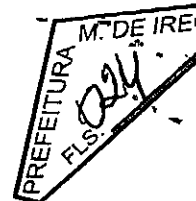


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031206/2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO
Nº 031206/2019, QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE IRECÊ/BA E A EMPRESA
RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY.

O **Município de Irecê**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.715.891/0001-04, com sede à Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **ELMO VAZ BASTOS DE MATOS**, portador da carteira de identidade RG nº 203593146 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 404.658.965-53, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Paraná, 173, Fórum, Irecê, Ba, e a empresa **RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY**, estabelecida na R das Violetas, nº 280, Felix, Irecê, Ba, CNPJ nº 22.656.440/0001-34, neste ato representada pelo Sr(a). Ricardo Bonfim Nascimento, portador da carteira de identidade RG nº 20.545.517-40 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 863.336.165-59, a seguir denominada de **CONTRATADA**, em face do que consta no contrato original, resolvem celebrar **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 031206/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

Constitui objeto deste Termo Aditivo a **ALTERAÇÃO QUALITATIVA** do instrumento contratual nº 031206/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA, nos termos da planilha em anexo, permanecendo inalterado o valor inicial do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93 e na Clausula Décima Quarta da ata contrato nº 031206/2019.

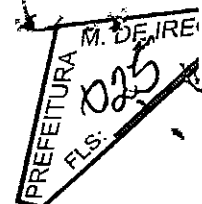


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

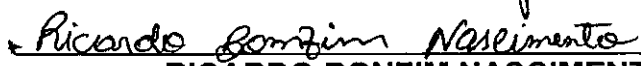
Permanecem inalteradas e aqui ratificadas as demais cláusulas do contrato ora aditado.

E, por assim se encontrarem justos e contratados, celebram o presente termo aditivo, em 02 (duas) vias, de igual conteúdo e forma, na presença de duas testemunhas, para que projeto seus legais efeitos.

Irecê/BA, 02 de Agosto de 2019.

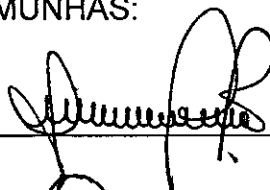



MUNICÍPIO DE IRECÊ
Elmo Vaz Bastos de Matos
CONTRATANTE



RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY
Rep. Ricardo Bonfim Nascimento
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. 

2. 



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



PLANILHA DE DETALHAMENTO DE QUANTITATIVOS E VALORES

Item	Descrição detalhada	Unid.	Planilha Consolidada		
			Qtde.	V. Unit.	Valor Total
1	BLOCO DE VEDAÇÃO 9X19X39	UND	80.000	1,35	108.000,00
2	BLOCO DE VEDAÇÃO 14X19X39	UND	4.000	1,89	7.560,00
3	BLOCO 19X19X39	UND	25.000	2,80	70.000,00
4	CALHA 9X19X39	UND	10.000	1,90	19.000,00
5	CALHA 14X19X39	UND	1.000	2,60	2.600,00
6	CALHA 19X19X39	UND	5.000	2,79	13.950,00
7	PILAR PARA FERRO	UND	7.000	4,70	32.900,00
8	PILAR SEM TRAVA	UND	2.677	2,00	5.354,00
9	PILAR PARA TRELIÇA	UND	1.000	4,00	4.000,00
10	COBOGÓ 14	UND	20	2,70	54,00
11	COBOGÓ 12	UND	20	2,70	54,00
12	COBOGÓ 30X30	UND	20	5,00	100,00
16	MINE GUIA	UND	4.999	10,00	49.990,00
17	MEIO FIO ECONÔMICO	UND	999	17,00	16.983,00
18	MEIO FIO CAIXA	UND	500	23,29	11.645,00
19	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 6	M²	4.000	63,34	253.360,00
20	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 8	M²	10.000	68,00	680.000,00
21	FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE PISO INTERTRAVADO 10	M²	1.000	75,00	75.000,00
22	MEIO FIO ECONÔMICO	UND	14.000	22,00	308.000,00
23	MEIO FIO CAIXA	UND	5.000	28,29	141.450,00
V. Total:					1.800.000,00

MUNICÍPIO DE IRECÊ

Elmo Vaz Bastos de Matos
CONTRATANTE

Ricardo Bonfim Nascimento

RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY

Rep. Ricardo Bonfim Nascimento
CONTRATADA



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº. 031206/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO de nº. **031206/2019**, que entre si firmaram o **MUNICÍPIO DE IRECÊ** e a empresa **RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY**. **Objeto:** Constitui objeto deste Termo Aditivo a **ALTERAÇÃO QUALITATIVA** do instrumento contratual nº 031206/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA, permanecendo inalterado o valor inicial do contrato. **Origem:** PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019. Devendo o presente Extrato ser afixado no quadro de avisos desta Prefeitura para conhecimento geral.

Irecê/BA, 02 de Agosto de 2019.

Elmo Vaz Bastos de Matos

Prefeito Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o extrato acima foi afixado no quadro de avisos da Prefeitura para conhecimento geral.

Em, 02 de Agosto de 2019.

Leandro Vieira Magalhães

Secretário de Planejamento e Administração



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: RICARDO BONFIM NASCIMENTO
CNPJ: 22.656.440/0001-34

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:42:24 do dia 10/05/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/11/2019.

Código de controle da certidão: FBBF.B7DF.E6C0.FA6E

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
Autenticidade Confirmada

Ass. LCSP

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 22.656.440/0001-34**Razão**

RICARDO BONFIM NASCIMENTO

Social:**Endereço:** RUA DAS VIOLETAS 280 / FELIX / IRECE / BA / 44900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/07/2019 a 04/08/2019**Certificação Número:** 2019070605023599547385

Informação obtida em 12/07/2019 12:38:46

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECE
Autenticidade Confirmada
Ass. [Assinatura]



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RICARDO BONFIM NASCIMENTO

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 22.656.440/0001-34

Certidão nº: 172233152/2019

Expedição: 10/05/2019, às 09:45:32

Validade: 05/11/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RICARDO BONFIM NASCIMENTO** (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº **22.656.440/0001-34**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
Autenticidade Confirmada

Ass. LESP



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA FAZENDA

Emissão: 04/06/2019 16:46

RECEITA MUNICIPAL DE RECEITAS
1031

PREFEITURA MUNICIPAL DE RECÉ
1332

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20191480945

RAZÃO SOCIAL RICARDO BONFIM NASCIMENTO	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 125.342.247	CNPJ 22.656.440/0001-34

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 04/06/2019, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS
FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>

PREFEITURA MUNICIPAL DE RECÉ
Assinatura Confirmada
[Assinatura]

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MUNICÍPIO DE IRECÊ
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL



Data Impressão: 15/07/2019

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Nº 00002227/2019

Emissão: 15/07/2019

Validade: 13/09/2019

RICARDO BONFIM NASCIMENTO - ME

CGA: 000.007.971/001-80

CNPJ: 22.656.440/0001-34

CNAE: 2330-3/02

RUA DAS VIOLETAS, 280

LOT FELIX

44.900-000 - IRECÊ, BA

EM CUMPRIMENTO AO DESPACHO EXARADO EM PETIÇÃO PROTOCOLADA NESTE ÓRGÃO E, RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE INSCREVER E COBRAR DÍVIDAS QUE VENHAM A SER APURADAS, CERTIFICO, PARA OS DEVIDOS FINS DE DIREITO, QUE, MANDANDO REVER OS REGISTROS DA DÍVIDA ATIVA INSCRITA NESTA REPARTIÇÃO, VERIFICOU-SE A INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS RELATIVOS À INSCRIÇÃO ACIMA, E PARA CONSTAR, DETERMINEI QUE FOSSE EXTRAÍDA ESTA CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MUNICIPAIS.

QUALQUER RASURA OU EMENDA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
Autenticidade Confirmada
Ass. 



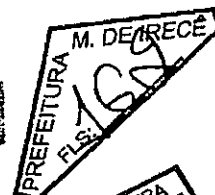


Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031206/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO PA021705/2019

O Município de Irecê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.715.891/0001-04, com sede à Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **ELMO VAZ BASTOS DE MATOS**, portador da carteira de identidade RG nº 203593146 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 404.658.965-53, brasileiro, residente e domiciliado à Rua Paraná, 173, Fórum, Irecê, Ba, e a empresa **RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY**, estabelecida na R das Violetas, nº 280, Felix, Irecê, Ba, CNPJ nº 22.656.440/0001-34, neste ato representada pelo Sr(a) Ricardo Bonfim Nascimento, portador da carteira de identidade RG nº 20.545.517-40 SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 863.336.165-59, doravante denominada DETENTORA, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações nela inseridas pela Lei Federal nº 8.883/94, Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 206/2013, e demais normas legais aplicáveis e considerando o resultado da licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2019**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do processo administrativo próprio, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas às disposições da Lei nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA I - DO OBJETO E DO VALOR

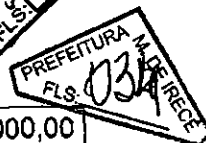
1.1 - Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, para futuras e eventuais aquisições de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA, conforme abaixo:

Item	Descrição da Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BLOCO DE VEDAÇÃO 9X19X39	UND 100.000	R\$ 1,35	R\$ 135.000,00
2	BLOCO DE VEDAÇÃO 14X19X39	UND 4.000	R\$ 1,89	R\$ 7.560,00
3	BLOCO 19X19X39	UND 25.000	R\$ 2,80	R\$ 70.000,00
4	CALHA 9X19X39	UND 10.000	R\$ 1,90	R\$ 19.000,00
5	CALHA 14X19X39	UND 1.000	R\$ 2,60	R\$ 2.600,00
6	CALHA 19X19X39	UND 5.000	R\$ 2,79	R\$ 13.950,00
7	PILAR PARA FERRO	UND 10.000	R\$ 4,70	R\$ 47.000,00
8	PILAR SEM TRAVA	UND 2.000	R\$ 2,00	R\$ 4.000,00
9	PILAR PARA TRELIÇA	UND 1.000	R\$ 4,00	R\$ 4.000,00
10	COBOGÓ 14	UND 200	R\$ 2,70	R\$ 540,00
11	COBOGÓ 12	UND 200	R\$ 2,70	R\$ 540,00
12	COBOGÓ 30X30	UND 200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
13	PISO INTERTRAVADO 6	M² 4.000	R\$ 45,34	R\$ 181.360,00
14	PISO INTERTRAVADO 8	M² 10.000	R\$ 50,00	R\$ 500.000,00
15	PISO INTERTRAVADO 10	M² 6.000	R\$ 57,00	R\$ 342.000,00
16	MINE GUIA	UND 10.000	R\$ 10,00	R\$ 100.000,00

Ricardo Bonfim Nascimento
JAN 10 2020
100.000



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Doucádo Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



17	MEIO FIO ECONÔMICO	UND	15.000	R\$ 17,00	FAPESY	R\$ 255.000,00
18	MEIO FIO CAIXA	UND	5.000	R\$ 23,29	FAPESY	R\$ 116.450,00
				V. Total:		R\$ 1.800.000,00

1.2 – O valor total dos produtos constantes nesta Ata de Registro de Preços é de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

1.3 – Os produtos constantes nesta Ata de Registro de Preços poderão não ser solicitados pelo Município. Quando solicitados, serão entregues pela CONTRATADA acima identificada, mediante emissão e recebimento pela DETENTORA da NOTA DE EMPENHO (válida como ordem de fornecimento), de acordo com o disposto na presente Ata e no edital que a originou, podendo o fornecimento ser parcial ou total, de acordo com as necessidades do Município, respeitadas as especificações e prazos para a entrega dos produtos.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado, de acordo com a previsão legal.

2.2 – Nos termos do art. 15, §4º da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Irecê não será obrigado à contratação, exclusivamente por seu intermédio, dos produtos referidos na Cláusula I, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

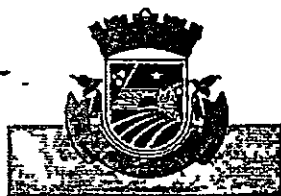
2.3 – Em cada ordem de fornecimento decorrentes desta Ata, serão observados, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 023/2019, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4 – O cancelamento do registro de preços ocorrerá nas hipóteses e condições estabelecidas abaixo:

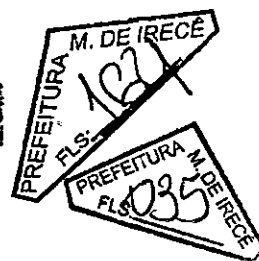
- Recusar-se a fornecer os produtos, no todo ou em parte, além de 30 dias corridos, após o prazo preestabelecido neste Edital;
- incorrer em atraso decorrente de não realização da entrega dos produtos solicitados de qualquer item adjudicado, em relação ao cronograma em vigor, ocorrido em qualquer de suas etapas relativas ao recebimento do produto, superior a 50% (cinquenta por cento) do prazo global;
- falir ou dissolver-se; ou
- transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste Contrato;
- mostrar-se oneroso e inconveniente ao interesse público.

CLÁUSULA III - DAS CONDIÇÕES E FORMAS DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente a data da entrega, após atesto das Notas Fiscais/Faturas, com base nas ordens de fornecimento solicitadas pelo Município no período.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



3.1.1 O pagamento estará condicionado à entrega total dos quantitativos solicitados nas ordens de fornecimento e à aprovação e conferência do material entregue pela Secretaria solicitante.

3.2 - Para pagamento, a empresa deverá apresentar ao Departamento de Tesouraria, Secretaria Municipal da Fazenda, localizada na Rua Lafayette Coutinho, s/n, (Antigo Fórum), Centro, Irecê/Bahia, a nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s) de acordo com o respectivo empenho, devendo ser emitida em nome do Município de Irecê e conter o número do empenho correspondente.

3.3 - Além da nota fiscal e/ou fatura do(s) produto(s) entregue(s), a(s) empresa(s) deverá(ão) apresentar e manter atualizados (durante a validade do registro) os seguintes documentos:

3.3.1 - prova de regularidade referente a Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

3.3.2 - prova de regularidade com o FGTS (CRF - Certificado de Regularidade de Situação, expedido pela Caixa Econômica Federal) dentro de seu período de validade;

3.3.3 - Certidão Negativa relativo a débitos Trabalhistas (CNDT);

3.3.4 - Certidão negativa, ou Positiva com efeito Negativo, ou ainda de não contribuinte, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado em que estiver localizada a sede da licitante, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Estadual;

3.3.5 - Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva, com efeito Negativo de débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União, expedida pela Receita Federal do Brasil, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal

3.3.6 - Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito Negativo, expedida pelo Município, relativo ao domicílio ou a sede da licitante, comprovando sua regularidade para com a Fazenda Municipal;

3.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.6 - O CNPJ da Detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.7 - Nenhum pagamento será efetuado a Detentora da Ata enquanto pendente de liquidação de quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

Ricardo Gomes da Silva



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho nº 01, Centro, Irecê/BA

CEP: 44.900-000, Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733

Site: www.irece.ba.gov.br



3.8 - Nos pagamentos realizados após a data convencionada, incidirão juros de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, até a data da efetivação do pagamento e correção monetária pelo índice INPC, pro rata die.

CLÁUSULA IV – DO FORNECIMENTO E DO PRAZO

4.1 - O prazo de entrega do produto para licitados deverá ser realizada em até no máximo 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento das Solicitações feitas pela Secretaria.

4.2 - A empresa fornecedora deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega dos foi feita/realizada, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos produtos.

4.2.1 - A entrega será feita nos endereços constantes das ordens de fornecimento, e caberá ao responsável pelo recebimento dos produtos, conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento Provisório, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do edital.

4.2.2 - Quando o objeto se tratar de fornecimento, além da entrega no local designado pelo órgão solicitante, conforme subitem 4.2.1, a licitante vencedora também descarregar e armazenar os materiais em local indicado por servidor, comprometendo-se, ainda, integralmente, com eventuais danos causados a estes.

4.3 - Toda e qualquer entrega de produtos fora do estabelecido neste edital será imediatamente notificada à licitante vencedora, que ficará obrigada a substituí-los ou refazê-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições ou correções, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital.

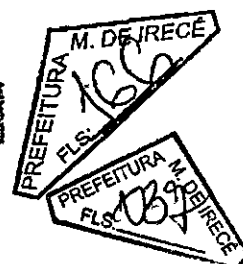
4.4 - Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Solicitantes não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

4.5 - Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 3 (três) dias contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 3 (três) dias.

4.6 - A Secretaria terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do produto que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

4.7 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

** Ricardo Bonfim Nascimento*



CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – Do Município

5.1.1 – Atestar o efetivo recebimento definitivo do objeto licitado;

5.1.2 – Aplicar a PROMINENTE FORNECEDORA penalidades, quando for o caso;

5.1.3 – Prestar a toda e qualquer informação a licitante vencedora, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;

5.1.4 – Efetuar o pagamento à contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no Departamento de Tesouraria;

5.1.5 – Notificar, por escrito à Contratada da aplicação, de qualquer sanção;

5.2 – Da Detentora

5.2.1 – Arcar com todas as despesas relativas ao objeto contratado deste edital, incluindo-se, mão de obra e todos os tributos incidentes.

5.2.3. Indicar um preposto, com poderes para representar a empresa Contratada, em tudo o que se relacionar com o fornecimento.

5.2.4 - Serão de inteira responsabilidade da empresa, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou quaisquer outros decorrentes da execução deste contrato, isentando o Município de qualquer responsabilidade no tocante a vínculo empregatício ou obrigações previdenciárias; no caso de reclamações trabalhistas, ações de responsabilidade civil e penal, decorrentes do objeto e de qualquer tipo de demanda.

5.2.5 – Não será permitida a sub-contratação do todo, nem de parte do objeto do presente Contrato, sem prévia anuência da Contratada.

5.2.6 – Efetuar o fornecimento conforme indicado na ordem de fornecimento nos prazos estabelecidos no edital, após o recebimento desta;

5.2.7 – Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas no edital;

5.2.8 – A empresa assume o compromisso formal de executar todas as tarefas, objeto da presente ata, com perfeição e acuidade;

5.2.9 - Deverá a empresa manter atualizados os pagamentos decorrentes da contratação (quando ocorrer), como salário de empregados e quaisquer outros, ficando a cargo da mesma a responsabilidade por quaisquer acidentes que possam vir a ser vítimas seus empregados, quando em serviço, e por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhe asseguem.

5.2.10 – A empresa será responsável por quaisquer danos materiais e/ou pessoais causados ao Município, ou a terceiros, provocados por seus empregados, ainda que por omissão involuntária, devendo ser adotadas, dentro de 48 horas, as providências necessárias para o ressarcimento.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000, Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



5.2.11 - Deverão ser prestados pela empresa, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

5.2.12 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação.

CLÁUSULA VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

6.1 – O contrato de aquisição decorrente da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela emissão e retirados da Nota de Empenho pela detentora.

6.2 – A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 – Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6.4 - Toda e qualquer entrega de material fora do estabelecido neste edital, será imediatamente notificada à(s) licitante(s) vencedora(s) que ficará(ão) obrigada(s) a substituir os materiais, o que fará(ão) prontamente, num prazo máximo de três dias, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também às sanções cabíveis.

6.5 - O objeto desta licitação será recebido e fiscalizado pelas respectivas Unidades Contratantes, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº. 8.883/94 e seguintes, e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA VII – DAS PENALIDADES

7.1 Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

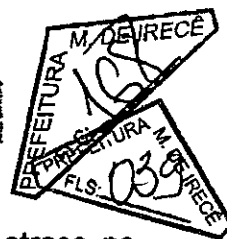
7.1.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

7.1.2 Multa por atraso imotivado do fornecimento, nos prazos abaixo definidos:

a) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, ou nos prazos parciais das ordens de fornecimento, limitadas a 20% do valor da fatura;

b) 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado, por escrito, pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, na primeira vez, limitadas a 20% do valor da fatura;

Alicando Bonafim Nascimento



c) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso no prazo estabelecido e notificado por escrito pela Fiscalização para o cumprimento de determinações, nas reincidências, limitadas a 20% do valor da fatura.

7.1.2.1 A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

7.1.3 Suspensão com prazo máximo de 05 (cinco) anos, conforme definidos abaixo:

- a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) de até 05 (cinco) anos quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos do contrato, no âmbito da Administração Pública Municipal.

7.1.4 Suspensão de até 05 (cinco) anos e multa sobre o valor do contrato, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%;
- b) Deixar de fornecer, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20%;
- c) fornecer em desacordo com os projetos básicos, executivos e termos de referência, que apresente insegurança no desenvolvimento das atividades ou que comprometa a segurança das pessoas: multa de 10% a 20%;
- d) descumprir obrigações relativas à relação de trabalho com seus empregados e prepostos, quanto a verbas previstas e orçadas nas planilhas que compõem a proposta contratada, especialmente o atraso de pagamento de salário, 13º salário, férias acrescidas de 1/3, atraso ou não fornecimento de vale transporte, vales-refeição ou auxílio alimentação, constantes das respectivas planilhas de preços: multa de até 10%.

7.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 7.1.3 e 7.1.4.

7.2 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

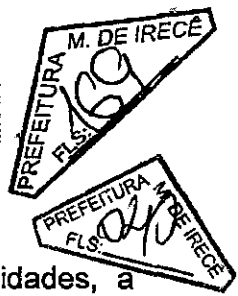
7.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

7.4 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da execução, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Prefeitura Municipal de Irecê.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



7.5 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

7.6 As sanções previstas na Cláusula Décima deste Contrato são de competência exclusiva do titular da Prefeitura Municipal de Irecê, permitida a delegação para a sanção prevista no sub-ítem 7.1.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias da abertura de vistas.

7.7 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à Contratada, sob pena de multa.

CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 – Os preços que vierem a constar da Autorização do Fornecimento (ou instrumento equivalente) poderão ser revistos, quando provocado por escrito de ambas as partes, nos termos da legislação em vigor, conforme Artº 65, letra "d", da Lei Nº 8.666, de 21/6/1993 e legislação subsequente.

8.2 – Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

8.3 - A Administração Municipal poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa da Detentora da Ata, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando as alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da assinatura da Ata pelas partes interessadas.

8.4 – O preço, quando atualizado, não poderá ser superior ao praticado no mercado.

CLÁUSULA IX – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

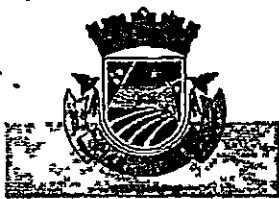
9.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela Administração, quando:

9.1.1 – A detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata;

9.1.2 – A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3 - A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração, observada a legislação em vigor;

Ricardo Bandim Nascimento
Assinatura



Prefeitura Municipal de Irecê/BA

Prça Teotônio Marques Dourado-Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



9.1.4 – Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração, com observância das disposições legais;

9.1.5 – Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticadas no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6 – Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2 – A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência ou por publicação no Diário Oficial do Município, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3 – Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94.

9.3.1 – A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VII, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA X – DAS UNIDADES REQUISITANTES

10.1 – O objeto desta Ata de Registro de Preços poderá ser requisitado pelos órgãos desta Administração que pretendam aderir ao registro, através do Setor de Compras.

CLAUSULA XI - DAS COMUNICAÇÕES

11.1 – As comunicações entre as partes relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA XII - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

12.1 – Os recursos orçamentários para cobrir as futuras despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, serão alocados quando da emissão das Notas de Empenho.

CLAUSULA XIII - DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

13.1 – A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á conforme o Edital da licitação modalidade Pregão Presencial, **Tipo Menor Preço Global**, para Registro de Preços Nº 023/2019.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 – Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 023/2019 e proposta da empresa, classificada em 1º lugar no certame supra numerado.



Prefeitura Municipal de Irecê/BA
Praça Teotônio Marques Dourado Filho, nº 01, Centro, Irecê/BA
CEP: 44.900-000 - Tel: (74) 3641-3116 / Fax: (74) 3641-1733
Site: www.irece.ba.gov.br



14.2 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal nº 8.883/94, pelo Decreto Municipal no que não colidir com a primeira e nas demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA XV DO FORO

15.1 – As partes elegem o foro da Comarca de Irecê – BA, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença de duas testemunhas abaixo.

Irecê, Ba, 12 de Junho de 2019

Município de Irecê
ELMO VAZ BASTOS DE MATOS
Prefeito Municipal

Ricardo Bonfim Nascimento
RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY
Rep. Sr. Ricardo Bonfim Nascimento
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

Nome: *[Assinatura]*

CPF nº 044.316.755-60

Nome: *[Assinatura]*

CPF nº 04356507304



EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N°. 031206/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO de n°. 031206/2019, que entre si firmaram o MUNICÍPIO DE IRECÊ e a empresa RICARDO BONFIM NASCIMENTO - FAPESY. Objeto: Constitui objeto deste Termo Aditivo a ALTERAÇÃO QUALITATIVA do instrumento contratual n° 031206/2019, referente à Aquisição de blocos pré-fabricados de concreto, pisos intertravados, calhas, pilares, cobogós, mine guia e meio fio para suprir às demandas do Município de Irecê/BA, permanecendo inalterado o valor inicial do contrato. Origem: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N° 023/2019. Devendo o presente Extrato ser afixado no quadro de avisos desta Prefeitura para conhecimento geral.